

Programa Agrinho: uma iniciativa do setor agrário na escola

Programa Agrinho: an initiative of the agricultural sector in public schools

Programa Agrinho: una iniciativa del sector agrario en la escuela

Jociene Araujo Lima 

Universidade Estadual do Ceará

Janaira Fernandes Teixeira 

Universidade Estadual do Ceará

Maria das Dores Mendes Segundo 

Universidade Estadual do Ceará

Resumo

Este trabalho apresenta como objetivo analisar como as ações promovidas pelo Programa Agrinho vinculado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) contribuem para a perpetuação do ideário do setor agrário/agronegócio como formativo dentro da rede pública de educação brasileira. Para tanto, optou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, com o foco nas Revistas de comemoração de 15 anos do Programa Agrinho, amparada numa perspectiva crítica dos autores: Mészáros (2007), Leite (2023) e Lamosa (2016). A justificativa da escolha da temática reside na necessidade de compreender o impacto do Programa Agrinho nas escolas públicas, considerando sua dualidade como uma iniciativa que promove educação e, ao mesmo tempo, serve a interesses do agronegócio. Em linhas gerais, atesta-se que o Programa Agrinho contribui para o fortalecimento de premissas sobre a importância do agronegócio para o desenvolvimento da sociedade como modelo agrário ideal e moderno, mediante a formação da classe trabalhadora dentro da escola pública. Em suma, o Programa Agrinho, que envolve os filhos da classe trabalhadora, mascara o projeto expansionista do mercado do agronegócio (agrobusiness) negando os impactos socioambientais e desdobramentos em outros complexos sociais.

Palavras-chave: Agronegócio. Crise Estrutural do capital. Políticas Educacionais.

Abstract

The aim of this paper is to analyze how the actions promoted by the Agrinho Program linked to the National Rural Learning Service (SENAR), the Confederation of Agriculture and Livestock of Brazil (CNA) and the Brazilian Agribusiness Association (ABAG) contribute to the perpetuation of the ideology of the agricultural sector/agribusiness as formative within the Brazilian public education network. To this end, the methodology chosen was bibliographical and documentary research, focusing on the magazines celebrating 15 years of the Agrinho Program, supported by a critical perspective from the authors: Mészáros (2007), Leite (2023) and Lamosa (2016). The justification for choosing the theme lies in the need to understand the impact of the Agrinho Program on public schools, considering its duality as an initiative that promotes education and, at the same time, serves agribusiness interests. In general terms, the Agrinho Program contributes to the strengthening of assumptions about the importance of agribusiness for the development of society as an ideal and modern agrarian model, through the training of the working class within public schools. In short, the Agrinho Program, which involves the children of the working class, masks the expansionist project of the agribusiness market, denying the socio-environmental impacts and developments in other social complexes.

Keywords: Agribusiness. Structural crisis of capital. Educational policies.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo las acciones promovidas por el Programa Agrinho vinculado al Servicio Nacional de Aprendizaje Rural (SENAR), la Confederación Brasileña de Agricultura y Ganadería (CNA) y la Asociación Brasileña de Agronegocios (ABAG) contribuyen a la perpetuación de la ideología del agrario. /sector agroindustrial como formación dentro de la red de educación pública brasileña. Para ello, se eligió como metodología la investigación bibliográfica y documental, centrándose en las Revistas que conmemoran los 15 años del Programa Agrinho, sustentada en una perspectiva crítica de los autores: Mészáros (2007), Leite (2023) y Lamosa (2016). La justificación para elegir el tema radica en la necesidad de comprender el impacto del Programa Agrinho en las escuelas públicas, considerando su dualidad como iniciativa que promueve la educación y, al mismo tiempo, sirve a los intereses de los agronegocios. En términos generales, es claro que el Programa Agrinho contribuye a fortalecer supuestos sobre la importancia del



agronegocio para el desarrollo de la sociedad como modelo agrario ideal y moderno, a través de la formación de la clase trabajadora en el ámbito de las escuelas públicas. la clase trabajadora enmascara el proyecto expansionista del mercado agroindustrial, negando los impactos socioambientales y las consecuencias en otros complejos sociales.

Palabras clave: Agronegocios. Crisis estructural del capital. Políticas Educativas.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, será abordado o Programa Agrinho como uma iniciativa social que envolve sustentabilidade, educação pública e agronegócio. Desde 1995, ele tem sido implementado nas escolas públicas, abrangendo toda a educação básica, com parcerias estratégicas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), além de organizações globais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esta ação tem como principal objetivo promover a educação e a formação em escolas rurais do Ensino Fundamental, focando em questões sociais e ambientais. Todos os anos o Agrinho apresenta projetos diferentes para as escolas. Dentre essa proposta, temos a construção de feiras, mostras culturais, aulas de campo, desenhos, jogos e redações, promovendo discussões sobre temas específicos do meio ambiente e cidadania.

Contudo, ao longo dos anos, o projeto Agrinho tem sido alvo de muitas críticas por vários pesquisadores e analíticos educacionais, como um projeto social financiado pelo fundo público, mas que serve aos interesses do agronegócio. Segundo Rossi e Vargas (2017, p. 219), a iniciativa promove o agronegócio como o modelo agrário ideal e moderno, ignorando os impactos socioambientais e conflitos territoriais causados por esse modelo agrícola. Isso evidencia as contradições do programa, que, de maneira camuflada, sob políticas públicas com temática ambiental, dissemina uma visão político-pedagógica alinhada aos interesses empresariais.

Dessa forma, essa pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, tem como objetivo analisar como as ações promovidas pelo Agrinho contribuem para a perpetuação de premissas e concepções do setor agrário, como foco no agronegócio, dentro da rede pública de educação, voltada para a classe trabalhadora.

A justificativa da escolha da temática reside na necessidade de compreender o impacto do Programa Agrinho nas escolas públicas, considerando sua dualidade como uma iniciativa que promove educação e, ao mesmo tempo, serve a interesses do agronegócio.

Os dados recolhidos são analisados em uma perspectiva materialista tendo como base a realidade e os caminhos que nos apontaram o objeto em questão, assim, acredita-se ter alcançado a imanência do problema levantado: como as ações implantadas pelo Agrinho contribuem para o fortalecimento do setor agrário?

Infere-se, portanto a relevância de analisarmos o programa Agrinho como uma ação de natureza empresarial, que tem penetrado nas escolas públicas rurais e promovido “a inserção de projetos empresariais nas escolas, mobilizando várias frações da classe dominante e demandando esforços e investimentos públicos” (Lamosa, 2016, p. 17). Esta iniciativa, sob a aparência de políticas públicas, com temática ambiental, difunde uma concepção político-pedagógica que espelha a vi-

são empresarial ligada a um projeto conservador de sociedade, “retratando as comunidades rurais como cenários empresariais ajustados a um sistema idealizado” (Lima, 2020, p. 127).

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa é fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, sistematizado por Karl Marx e Engels, cujas matrizes teóricas são centradas na ideia do conhecimento da realidade através do movimento histórico, pressuposto estruturado no escrito de Marx. Esse método também se caracteriza pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p.87).

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, optou-se, também, a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, cujo objetivo central é investigar a relação entre a crise estrutural do capital e o programa em tela, analisando o seu desenvolvimento dentro do estado do Ceará e demonstrar de que forma o Agrinho contribui para a apologética do agronegócio.

O conceito de documento aqui empregado se faz justiça ao entendimento de Gomes, que define documento como uma “[...] peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre um assunto ou matéria qualquer” (Gomes, 1967, p. 5).

Para entendermos as iniciativas do Agrinho e seu papel na promoção do agronegócio através de projetos sociais de cunho ambientalista, analisaremos os documentos e informações disponíveis no arquivo digital do projeto.

3. RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA AGRINHO E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Parte-se do pressuposto de que a raiz comum de toda a interferência do mercado no âmbito educacional é a crise estrutural do capital. Para estabelecer essa conexão com os nexos da realidade, torna-se necessário realizar um breve percurso histórico. Desde o período das revoluções burguesas até meados do século XX, o modo de produção capitalista enfrentou crises periódicas, das quais Mészáros (2011) chamou-as crises cíclicas. Essas crises eram, em suma, momentos em que a demanda e o consumo de produtos decresciam gerando impactos econômicos que seriam posteriormente contidos com a ajuda do Estado Público.

O Estado, por sua vez, criado para ser soberano e estabelecer regras de competição igualitárias dentro do mercado burguês, através de sua intervenção, foi capaz de minorar as perdas causadas pelas crises cíclicas ao ganho dos burgueses¹. Entretanto, com a crise do petróleo iniciada na década de 1970, esse auxílio teve que se tornar-se permanente (Santos, 2017).

Essa necessidade permanente de intervenção estatal na economia denunciava e denuncia que a crise do modo de produção capitalista não tem mais um caráter meramente cíclico e sim

¹ Como por exemplo, quando foi necessário que o Estado brasileiro intervisse na crise do café da década de 1930 no Brasil (Furtado, 2004).



permanente. Nesse sentido, Mészáros (2011) define o momento atual como um momento de crise estrutural do capital, cujas características principais são elencadas pelo próprio:

1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro. (Mészáros, 2011, p. 795).

A crise estrutural do capital é uma realidade que, como já explicado, interfere no modo de operar das instâncias governamentais, que, não mais interessadas na criação e aplicação de políticas em prol dos direitos sociais, com exceção de alguns projetos focalistas (Santos, 2017), priorizam a agenda de políticas e projetos que beneficiam diretamente os setores do mercado capitalista. Dentre os principais setores do mercado, encontra-se o setor agrário, fundamental para a economia brasileira que ainda é alicerçada na venda de *commodities* agrários e agroindustrializados (como soja, café e laranja, sendo líder na exportação do último).

No contexto de crise estrutural do capital, tornou-se imprescindível que os estabelecimentos escolares ligados à educação pública passassem a ludibriar as massas através da formação. Por esse motivo, diferentes projetos são impostos às grades curriculares das escolas, como forma de garantir ao setor empresarial a cooperação do Estado para a manutenção da crise estrutural do capital.

Uma dessas demandas e iniciativas já foi analisada pelas autoras anteriormente, sendo ela, o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEEP) em: Lima, Teixeira e Santos (2024). No que se refere aos programas do setor agrário, existe hoje uma demanda de Educação Agrícola nas Escolas, para citar outro exemplo, e o plano analisado, chamado: “Agrinho”.

O setor agrícola, além de ainda ser o carro-chefe da economia brasileira, tem ganhado cada vez mais respaldo no cenário da economia nacional, tendo atingido, apenas no ano de 2021, uma participação de 27,53% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (Hermani *et al.*, 2023).

Para contribuir com a promoção do setor agrário, existe, ainda, um fenômeno ocorrendo em solo brasileiro chamado de “desindustrialização” do país, ou seja, o investimento na indústria brasileira, bem como a participação do setor industrial no PIB brasileiro tem diminuído (Loureiro; Feijó, 2010). Essa diminuição da participação da indústria na economia, é um fator que contribui para a valorização do setor agrário, considerando que, o investimento em cada setor precisa atingir um valor que certamente dará retorno para os investidores, por esse motivo, a tensão indústria *versus* agricultura perpassa o problema da especulação.

Outra evidência é a presença da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), popularmente chamada de “Bancada do Boi”, no poder legislativo brasileiro (Graciano *et al.*, 2023). Em seu modo de operar a FPA: “faz uso do regramento institucional legislativo, estabelecido pela Constituição

Federal, para fazer valer o interesse de uma elite rural e das grandes corporações do sistema alimentar” (Graciano *et al.*, 2023, p. 1).

A FPA é um claro exemplo da interferência do setor agrícola na esfera pública. Ela torna explícito que o Estado tem pouco interesse em elaborar políticas públicas para a população como um todo, e transforma-se, a cada dia, em um instrumento de facilitação para que o empresariado tenha suas demandas políticas colocadas como urgências prioritárias na elaboração e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, as políticas sociais: educação, saúde, habitação, entre outras, têm sido continuamente boicotadas pela política brasileira, a fim de atender os interesses do mercado, que em contexto de crise estrutural do capital, tem a necessidade de interferir no funcionamento dessas garantias.

A educação é um dos setores mais afetados por esse processo de interferência mercadológica no Estado. Para citar um importante exemplo da problemática citada, deve-se lembrar da reforma do Ensino Médio implantada no ano de 2022 em todos os estabelecimentos desse nível ligados à rede pública.

A reforma implementada com base na Lei n. 13.415, a reforma do Ensino Médio: “[...] não pretende resolver os problemas de forma estrutural geradores da crise no Ensino Médio, senão flexibilizar a formação para que os jovens se insiram em um sistema de ensino ainda mais precarizado” (Santos; Santos; Santos, 2023).

Na esteira da Lei n. 13.415 e dos projetos relacionados à educação pública, o ensino para a classe trabalhadora, é perpassado, hoje, por inúmeros projetos e ações que visam desmantelar a sistematização do saber no sistema público de ensino, precarizar cada vez mais a formação e preparação dos filhos da classe trabalhadora para os exames de ingresso no âmbito universitário, ludibriar as novas gerações com falsas promessas e distorções sistemáticas da realidade e colocar nas costas dos indivíduos a responsabilidade pelas desigualdades inerentes ao modo de capitalista.

Sendo, o setor agropecuário um dos mais importantes e até influentes na economia brasileira, não é de se estranhar que tenha conseguido adentrar a esfera da formação pública, que, hoje, parece estar sendo vendida para o empresariado como uma *commodity* (Santos, 2017).

A iniciativa a ser analisada a seguir, visa a tendência de ser uma apologética ao agronegócio e à própria exploração da humanidade pelo capitalismo, como mencionam Rossi e Vargas (2017, p. 215):

De modo geral, a coleção Agrinho apresenta uma série de debates e reflexões que tentam a conexão dos espaços urbanos com a dinâmica social agrária. Entretanto, trata-se de uma abordagem extremamente simplista e que contribui para a reprodução das relações sociais capitalistas tanto no campo como nas cidades.

Concordando com as premissas dos autores supracitados, será analisada a discursiva para a análise dos impactos do programa em tela no estado do Ceará e em seguida concluiremos a exposição discutindo algumas particularidades entre o desenvolvimento e o material do programa, com o



setor do agronegócio, responsável pela exploração das populações camponesas, fundamental para a reprodução da exploração no setor agrário.

4. O LEGADO EDUCATIVO DO PROGRAMA AGRINHO NO CEARÁ

Entre os projetos e planos educacionais que surgiram no contexto da crise estrutural do capital e da defesa do agronegócio na Educação Básica, destaca-se o Programa Agrinho do SENAR. Este programa é extremamente influente e pioneiro em sua metodologia, alinhada aos interesses das entidades patronais rurais e da indústria de agrotóxicos, especialmente em tempos de crise e ofensiva neoliberal do capital. A escolha pelo Agrinho nesta pesquisa, dentre diversos outros movimentos alinhados ao agronegócio na educação pública, deve-se à sua ampla presença no território nacional, sua influência na Rede Estadual de Ensino do Ceará por mais de 20 anos e sua atuação em mais de 46 municípios do estado. Portanto, a análise possuirá este recorte territorial do programa.

Para Torres (2001) o Programa Agrinho, segundo o site do programa, foi criado em 1995, no estado do Paraná, e teve como principal criadora do projeto Patrícia Lupion Torres, filha do latifundiário e ex-deputado Abelardo Lupion. De acordo com Patrícia Lupion Torres, o objetivo do projeto era “sensibilizar a comunidade escolar para as questões ambientais visando à formação das crianças e adolescentes como cidadãos participativos, reflexivos, autônomos e conhecedores de seus direitos e deveres” (Torres, 2013, p.127).

Para alcançar esse objetivo, foram adotadas dentro do Agrinho “temáticas relativas ao meio ambiente em subserviência as orientações da Agenda 21 que visava a construção de política de cunho ambientalista.” Um ano depois da sua criação, em 1996, com o intuito de ampliar a ação e o tema abordados, o Agrinho foi se adequando aos temas transversais, muito incentivado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), como: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, além de abordagens específicas de Temas Locais, promovendo uma perspectiva interdisciplinar.

No intuito de formação e expansão, todos os anos, o plano Agrinho lança uma nova temática, abordando diversos temas transversais ao longo de sua implementação nas escolas. Todavia, embora anualmente a temática tenha variações, os pré-requisitos estão conectados a questões ambientais e sociais definidas pelo SENAR. Lamosa (2016) destaca o Agrinho como uma atividade que fortalece o agronegócio, e isso acontece também através de suas questões, que mesmo girando em torno do meio ambiente, tende a defender a naturalização do agronegócio, desempenhando um papel fundamental e facilitador de sua integração no ambiente escolar.

No mesmo ano de desenvolvimento do Agrinho, 1996, houve a elaboração da concepção pedagógica do programa e dos materiais didáticos que seriam utilizados tanto por professores quanto por estudantes. Esse processo incluiu a produção gráfica e a criação dos personagens infantis que se tornariam a marca da iniciativa nos anos seguintes: o menino Agrinho, sua irmã Aninha, e seus pais, José e Dona Ana. O nome Agrinho de acordo com Lima, Brito e Calvante (2023) “surge de uma mistura da palavra agricultura com um diminutivo para aproximar o personagem ao mundo infantil” (Agrinho 15 anos, 2011, p. 5). E assim, como o nome, a finalidade do programa sempre foi torná-lo atraente para as crianças.

Neste contexto, é importante refletir que, desde o início, o Agrinho esteve intimamente relacionado as ideologias dominantes do empresariado e na defesa do uso de agrotóxicos. Um ponto significativo é que, grandes empresas que comercializam agrotóxicos, como Bayer e Syngenta, estão entre os patrocinadores desde seu começo. Além disso, este sempre esteve relacionado aos preceitos neoliberais de mercantilização do trabalho e da educação, readequando a educação às novas demandas do capital para a educação (Pereira, 2014).

Assim, o Agrinho, desde a sua gênese, segue as orientações ditadas pelo Banco Mundial para as políticas educacionais, que agora, com uma nova roupagem, deve priorizar a educação básica elementar, e as demais recomendações sobre as necessidades básicas de aprendizado ditadas através do Relatório Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomtien, em 1990, com ajustes educacionais com foco na funcionalidade do sistema e nas exigências da nova ordem do capital.

O Agrinho chega ao Ceará quase 7 anos depois da sua implantação no Paraná, na edição comemorativa dos 15 anos do Agrinho, em 2017. Na ocasião, Flávio Viriato de Saboya Neto explicou como o programa foi introduzido no Ceará destacando a culminância do Agrinho no Paraná, onde participou como superintendente e ficou interessado com a ação, decidindo implementá-la no estado (Especial Agrinho, 2017).

A partir dessa iniciativa, o plano foi idealizado e executado pelo SENAR/CE em colaboração com a FAEC e uma rede de associações que continuam a trabalhar até hoje para manter o projeto ativo. Entre essas organizações estão, o Governo do Estado do Ceará, as Secretarias de Educação e Meio Ambiente, as prefeituras municipais, os sindicatos rurais, além de outras instituições públicas e privadas como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Instituto Tortuga e Cooperativa de Trabalho para Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COCEPAT).

De acordo com Lima, Brito e Calvante (2023), as atividades do Agrinho começaram no Ceará em 2003. O projeto abrangeu apenas 9 municípios, como pilotos, envolvendo a participação de 433 escolas públicas rurais e 44.676 estudantes. No ano seguinte, em 2004, com o sucesso da iniciativa, o Agrinho teve uma grande expansão pelo estado, passando a incluir 23 municípios, 707 escolas, 3.962 professores e 85.090 estudantes.

Nos anos subsequentes, o programa experimentou uma expansão significativa no Ceará, consolidando-se como um dos principais projetos educacionais implementados nas escolas públicas do estado. Em 2017, quando completou 15 anos de implantação no Ceará, foi lançado um documento sobre sua história intitulado *“Agrinho: 15 anos contribuindo para a formação do produtor do futuro”*, que revelou estar presente em mais de 46 municípios, 1.300 escolas, com 10 mil professores e aproximadamente 200 mil estudantes rurais (Especial Agrinho, 2017).

Esses números destacam como, em um curto período de implementação, o Agrinho se espalhou pela educação cearense, alcançando quase todos os municípios e incentivando seus responsáveis e parceiros a fortalecê-lo a cada ano. O programa influencia diretamente escolas, alunos e professores, conforme a lógica capitalista e os interesses do Agrinho. No Ceará, o Agrinho permeia o currículo escolar ao longo do ano inteiro, dispondo de uma série de ações que, quando bem rea-



lizadas, são recompensadas com prêmios em um concurso que abrange desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental.

A implementação do Agrinho pode ser dividida em dois momentos distintos. Primeiramente, o SENAR seleciona o tema geral do Agrinho para o ano. Após a definição do projeto geral, cada escola desenvolve seus próprios subprojetos baseados nesse tema central.

De acordo com Torres (2001), entre as atividades realizadas, os professores destacam aulas lúdicas, exercícios de escrita e leitura, brincadeiras, entrevistas nas comunidades, aulas de campo pela região, e feiras nas escolas relacionadas ao tema. Além disso, são desenvolvidos materiais didáticos para apoiar a execução da ação, fornecidos gratuitamente pelo SENAR/CE. Estes materiais são elaborados conforme a visão ideológica do programa e as diretrizes do projeto neoliberal para a educação pública.

No Ceará, o concurso do Agrinho abrange as seguintes categorias: redação (destinada a estudantes do 4º ao 9º ano), desenho (destinado a estudantes do 2º e 3º ano), experiência pedagógica (destinada aos docentes) e município Agrinho (destinada às escolas, famílias e comunidades). Esse concurso torna-se um mecanismo de avaliação dentro do Agrinho, buscando demonstrar a qualidade da educação tanto na aprendizagem dos estudantes quanto no desempenho da gestão e dos professores.

Os prêmios oferecidos no concurso são financiados por empresas privadas parceiras que promovem e incentivam os princípios neoliberais do agronegócio nas escolas. Para competir pelos prêmios, alunos e escolas devem cumprir uma série de requisitos estabelecidos pelo projeto, como detalhar em relatórios todas as atividades realizadas, acompanhadas de fotos e comprovantes. Os concursos ocorrem entre escolas do mesmo município, da mesma secretaria, e finalmente, em âmbito estadual. Os prêmios variam conforme a categoria e o público-alvo, incluindo televisões, *tablets*, celulares, computadores, impressoras, motos, *notebooks*, entre outros.

Por conta disso tudo, o Agrinho é reconhecido como a principal iniciativa de “responsabilidade social” do SENAR, envolvendo milhares de estudantes, professores e gestores da educação básica. No entanto, Alves (2021) destaca que programas educacionais tidos como de responsabilidade social, como o Agrinho, “são manifestações concretas das reformas neoliberais implementadas na educação e das políticas educacionais direcionadas por essas reformas” (p. 121).

Alves (2021, p. 121) argumenta que iniciativas como o Agrinho tendem a promover e “incluir em seu âmbito visões de mundo apoiadas por empresas ligadas a setores específicos da produção, moldando assim a natureza da educação oferecida no país”. O posicionamento ideológico do Projeto Agrinho é, manifestadamente, evidente desde sua origem, revelando sua conexão com o agronegócio e sua intenção de perpetuar e fortalecer o discurso ideológico desse setor na educação pública do Ceará. No próximo tópico, se discute como a abordagem neoliberal do Agrinho influencia diretamente o favorecimento das diretrizes neoliberais e o benefício do agronegócio na educação básica no Ceará.

5. AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA CEARENSE: O CASO DO PROGRAMA AGRINHO

Na esteira de Mészáros (2007), situa-se o contexto da crise estrutural do capital em que os programas educacionais assumem funções estratégicas nos países pobres para atendimento de demandas do capital em relação, sobretudo, a formação da classe trabalhadora como agentes proativos em setores importantes para manutenção da ordem estabelecida. Nesta direção, o Agrinho, consistentemente, segue as diretrizes da agenda neoliberal do grande capital, como suporte para viabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista liberal dependente. Assim, esta atividade, que aparenta ser de aprendizado e inclusão de crianças e jovens no setor agrícola, todavia, segundo Sapelli (2016, p. 267) “não se limita apenas a promover habilidades, competências e conhecimento científico, mas também visa incutir nos indivíduos a convicção de que o desenvolvimento e o sucesso são viáveis dentro do capitalismo, um modo de organização social que se propõe humanizável”.

Desta maneira, o Agrinho emerge como mais um mecanismo do capital, no âmbito da educação, para manter sua dominação, utilizando o discurso de preservação ambiental e promovendo princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, se configura na educação básica como um projeto de inclusão social, empregando estratégias para conquistar consenso e aceitação entre os filhos da classe trabalhadora.

Analisa-se criticamente a proposta do programa Agrinho, e observa-se que, mesmo que em seu discurso a finalidade seja mitigar os danos humanos e ambientais causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, porém, na prática, está longe de alcançar qualquer resultado de conscientização de preservação da natureza. No Ceará, por exemplo, entre 2011 e 2021 foram registrados 4.578 casos de intoxicações por agrotóxicos (Governo do Estado do Ceará, 2023, p. 16), o que indica que o Agrinho, embora não possa ser o único responsável por estes índices, não tem sido eficaz na redução desse problema social, sanitário e ambiental.

De acordo com Leite (2023), Sebastião Pinheiro, um dos pioneiros do pensamento agroecológico brasileiro, argumenta que o suposto sucesso do programa se deve, na verdade, ao cumprimento de sua premissa neoliberal em favor da indústria de agronegócios. Ele afirma que o Agrinho está, na prática, “preparando o mercado futuro ao treinar crianças para aceitarem o uso de agrotóxicos, disfarçando esse treinamento sob a máscara de política pública de proteção” (Leite 2023 *apud* Arl, 2011, p. 4).

Segundo a revista “15 anos do Programa Agrinho”, durante o projeto-piloto do Agrinho, as primeiras lições ensinadas aos estudantes giravam em torno do manuseio, aplicação, proteção individual e destinação das embalagens de agrotóxicos. Esse foco reforça a crítica de que o Agrinho, ao invés de mitigar os problemas causados pelos agrotóxicos, contribui para a perpetuação de práticas que beneficiam a indústria, em detrimento da saúde pública e do meio ambiente.

Na revista, há depoimentos de estudantes que demonstram e confirmam esse “aprendizado”. Por exemplo, um aluno relata: “Há oito anos, consegui mudar alguns hábitos do meu pai. Antes ele só queimava as embalagens de veneno, com o Agrinho ele aprendeu a fazer a tríplice lavagem e a armazená-las” (Agrinho, 2010, p. 16). Esse testemunho ilustra como o Agrinho, ao ensinar práticas como a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos, pode inadvertidamente contribuir para a



aceitação e a normalização do uso desses produtos, ao invés de promover uma verdadeira conscientização sobre seus impactos negativos à saúde e ao meio ambiente.

No Ceará, o Agrinho conta com uma extensa rede de parcerias, incluindo instituições públicas, empresas do setor de agrotóxicos, Governo Estadual, SEBRAE, prefeituras e empresas locais. Segundo Silva (2023, p. 54), o projeto também é apoiado por entidades como SENAR-CE, Sindicatos Rurais, Sistema de Cooperativas, e patrocinado pelos Banco do Nordeste do Brasil, Instituto Tortuga e Governo Federal. Essas parcerias levantam preocupações sobre possíveis conflitos de interesse e sobre a real eficácia da ação em alcançar seus objetivos de educação ambiental e segurança alimentar, especialmente considerando a presença de empresas ligadas aos agrotóxicos.

De acordo com Leite (2023) *apud* Arl (2011), o Agrinho omite certos conhecimentos e dados “por entender que estes dados entram em conflito com os interesses de seus verdadeiros protagonistas, e até mesmo apresenta outros consequentes e efetivos, mas os ajusta para se alinhar com sua verdadeira intenção subjetiva e até mesmo objetiva” (Leite, 2023, p.189).

Ao colaborar com empresas como a Agrovale, que comercializa agrotóxicos e produtos químicos agrícolas, o Agrinho pode estar inadvertidamente, promovendo práticas que não estão alinhadas com princípios de sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. Portanto, é crucial considerar como pode equilibrar seus objetivos educacionais com a responsabilidade de abordar de forma abrangente os desafios ambientais e de saúde pública relacionados ao agronegócio e ao uso de agrotóxicos.

Segundo Silva (2023), entre as empresas do agronegócio que participam dessas parcerias está a Agrovale², especializada na comercialização de agrotóxicos, sementes, fertilizantes químicos e produtos para a carcinicultura no baixo vale do Jaguaribe, no Ceará. A Agrovale representa mais de dez empresas multinacionais do setor agrícola e se orgulha de sua participação no Agrinho, como destacado em sua plataforma digital (Agrinho Quixeré).

Além das empresas privadas ligadas ao agronegócio, o Agrinho também conta com parcerias de organizações do terceiro setor que atuam na educação, buscando estabelecer um consenso entre as massas sobre as novas demandas do capital. Uma dessas instituições é o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ligado ao setor de pequenos negócios, que tem apoiado propostas e desenvolvido projetos voltados para construir uma mentalidade empreendedora e neoliberal no campo da educação. O Agrinho é um exemplo disso, sendo destacado pelo Sebrae como um programa bem-sucedido que contribui para a construção desse consenso.

Segundo o diretor técnico do Sebrae em 2017, o Agrinho:

Desde quando chegou ao Ceará, em 2002, até hoje, o Agrinho só tem colecionado vitórias. A começar pela sua capilaridade, que levou o programa a atender a mais de dois milhões e 500 mil alunos e agregar 175 mil professores de 46 municípios. Outro ponto a se ressaltar é o fato das aulas, em classe e no campo, estarem ajudando a mudar o cenário rural, permeando os saberes e fazeres tradicionais do sertanejo com a informação inovadora que vem dos avanços científicos (FAEC, 2017, p. 5).

² AGROVALE: é uma empresa produtora de Açúcar, Etanol e Bioeletricidade, sediada em Juazeiro – Bahia, sendo reconhecida como uma das maiores indústrias neste ramo.

Essa afirmativa expressa pelo diretor técnico do Sebrae, confirma como o Agrinho permeia a educação básica, utilizando a escola como um canal ideológico para a manutenção, a divulgação e a propagação da imagem das empresas privadas e de seus ideais em relação à educação. Dessa forma, isso sugere que o Agrinho não apenas se concentra em aspectos educacionais tradicionais, mas também serve como uma plataforma, através da qual as empresas privadas e organizações podem influenciar e promover suas agendas, moldando a percepção e as práticas educacionais conforme seus interesses econômicos e ideológicos.

Além disso, a colaboração entre o projeto e o Sebrae se fundamenta no apoio mútuo ao empreendedorismo baseado na ideologia neoliberal. Segundo Sapelli (2016), esse empreendedorismo está direcionado para o setor agrícola, o uso de agrotóxicos e o agronegócio, sendo favorável aos discursos e interesses de ambos os programas, promovendo assim uma Pedagogia do Agronegócio.

O Agrinho, tem em sua essência, o objetivo de desinstitucionalizar as instituições públicas, como as escolas, ao implementar um projeto que beneficia os interesses privados da agroindústria e do agronegócio, enquanto utiliza toda a estrutura do Estado para servir ao setor privado capitalista. Lamosa (2014) argumenta que o Agrinho representa apenas uma das diversas facetas do projeto capitalista que busca a hegemonia do agronegócio na educação. Assim, as escolas públicas enfrentam um processo de desinstitucionalização, confrontando-se com a contradição de abrigar, dentro de suas estruturas, interesses de entidades que operam com base no direito privado (Lamosa, 2014, p. 23).

O Agrinho incentiva nas escolas estratégias competitivas como concursos entre alunos, professores e instituições de ensino. As premiações oferecidas muitas vezes refletem características típicas do neoliberalismo, promovendo a competição, a defesa da individualidade e o consumo ilimitado. Os prêmios costumam ser objetos tecnológicos desejados, como *tablets* e celulares, o que reforça a cultura da competição.

No entanto, essa abordagem contradiz o próprio propósito declarado do Agrinho, que prega a cooperação como essencial no contexto educacional atual (ARL, 2011, s/p). Embora a proposta argumente que essa competição pode ser benéfica, ela pode desviar o foco da cooperação entre os estudantes, os professores e as escolas, aspecto fundamental para o desenvolvimento da educação mais inclusiva e solidária.

Conforme afirmado por Lima (2019), o Agrinho se apresenta como uma iniciativa ambiental e sustentável. Contudo, na prática, adota objetivos estratégicos bem definidos de persuasão e convencimento que favorecem interesses capitalistas, buscando a hegemonia do agronegócio e transformando a escola em um ambiente empresarial.

Portanto, nas escolas rurais do Ceará, o Agrinho promove interferências no contexto educacional de forma sutil, buscando colocar o empresariado em posição de destaque. São apresentados como “salvadores da pátria”, agindo de maneira aparentemente generosa e desinteressada ao entrarem nas escolas públicas (Lima, 2020, p. 101), mas na verdade trabalham em defesa de seus próprios interesses capitalistas.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que as ações promovidas pelo Programa Agrinho contribuem para a perpetuação do ideário do setor agrário, com foco no agronegócio, dentro da rede pública de educação brasileira. Destaca-se que o Agrinho, como o próprio nome ilustra, é uma estratégia sedutora que envolve crianças e adolescentes da classe trabalhadora, com material didático atraente e aparentemente inclusivo, mas, cuja base teórica se funda em respaldar a importância do agronegócio para a sustentabilidade econômica do país. Dito de outro modo, o Agrinho, contribui para formação da classe trabalhadora na direção de fortalecer políticas com forte interferência do e para o setor agrário e do agronegócio dentro da educação pública brasileira, aderindo às recomendações dos organismos internacionais que têm como finalidade atender às demandas do capital em crise estrutural.

Em linhas gerais, atesta-se que o Programa Agrinho promove diretrizes no âmbito da escola pública, que enaltece a importância do setor do agronegócio para o desenvolvimento da sociedade, atribuindo-o como modelo agrário ideal e moderno para a sustentabilidade socioeconômica dos países pobres. Em suma, o Agrinho, ao envolver os filhos da classe trabalhadora neste projeto de inclusão e preservação ambiental, mascara o ambicioso projeto expansionista do mercado do agronegócio (agrobusiness), que resulta em impactos socioambientais e tragédias humanitárias, sobretudo, nos países da periferia do capital.

Como educadores, se faz necessário criticar, questionar e combater a implementação de programas que contribuem para encobrir a realidade do rico mercado do agronegócio, ocultando pela via da sustentabilidade, o processo de desumanização e precarização da vida no campo. Embora o setor do agronegócio seja responsável pelas maiores exportações do Brasil, também ostenta, como o setor da economia que mais perturba os ecossistemas e ameaça a sobrevivência da espécie humana perante as mudanças climáticas e problemas ambientais enfrentados na atualidade.

Assevera-se que, dentro dos limites impostos em sala de aula, os professores da educação básica no Brasil e no Ceará, precisam desempenhar, criticamente, a função de questionar os fundamentos ídeo-políticos, buscando, desmistificar os conteúdos do programa Agrinho, para vislumbrar uma possível conscientização coletiva, sobretudo, dos filhos da classe trabalhadora, público-alvo das escolas públicas brasileiras, sob a imposição do grande capital em crise estrutural.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Jackeline Silva. **A disseminação do ideário pedagógico capitalista na educação do campo no estado de Goiás: o Programa Agrinho na escola (2008-2020)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14931>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

FAEC. **Agrinho: 15 anos contribuindo para a formação do produtor do futuro**. Revista Especial Agrinho: Fortaleza: FAEC, 2017. Disponível em: <https://faec.org.br/novo/wpcontent/uploads/2017/11/Revista-Agrinho-2017-16.11.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2004. 198p.

GOMES, Francelino Araújo. **Arquivo e documentação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967. 120p.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Boletim Epidemiológico VIGIPEQ**. Programa Nacional de Vigilância de Populações Expostas a Contaminantes Químicos (VIGIPEQ/VSPEA). Nº 01 24/01/2023. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/VIGIPEQ_boletim_epidemiologico_20230124.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2024.

GRACIANO, Monyele Camargo. A força da Bancada do Boi: a Frente Parlamentar da Agropecuária na definição da política fundiária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, p. 20, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YY8KHZ8KMTjVLTMDjYWY6RP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

HERMANI, Caroline dos Santos *et al.* A proteção conferida pelo direito agrário aos produtores diante da importância do setor agrário na economia brasileira. **Revista Multidisciplinar do UniSantaCruz**, Curitiba-PR, v.1, n. 3, p. 536-563, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revmulti/article/view/335/322>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, classe social e educação pública no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio**. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/Teses2014/trodrigolamosa.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas** / Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016. 327 p.

LEITE, Valter de Jesus. **A Ofensiva do programa Político e Educacional do Agronegócio na Educação Pública**. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2023. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/teses-1/2023/2023-valter-j-leite.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

LIMA, Jociene Araujo; TEIXEIRA, Janaira Fernandes; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. O Programa Jovens Empreendedoras Primeiros Passos (JEPP) e o fomento à mentalidade empreendedora nas escolas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 77, p. 414-427, abr./jun. 2024. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/80298/50139>>. Acesso em: 25 de set. 2024.

LIMA, Rosângela Cristina Rosinski. **Na contramão da educação do campo**: programas de interesse do capital em disputa nas escolas públicas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1786>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

LIMA, Maria Tamires Teotônio; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Questão agrária e ensino de Geografia: representações sobre o agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 10, p.



188-207, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54151>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LIMA, Maria Tamires Teotônio; CAVALCANTE, Leandro Vieira; DE BRITO, Lúcia Helena. O Programa Agrinho em Quixeré/CE: práticas docentes em meio ao agronegócio. **Revista Cocar**, v. 20, n. 38, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8606>. Acesso em: 07 de jun de 2024.

LOREIRO, José Luís; FEIJO, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, V. 30, n. 2, p. 219-232, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Theomai**, n. 15, p. 107-130, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/124/12401511.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102p.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 1, p. 83-94, 1997.

REVISTA ESPECIAL DO PROGRAMA AGRINHO – 15 ANOS. Fortaleza: Sistema FAEC/SENARAR-CE/SINRURAL, 2017, p. 01-20. Versão online. Disponível em: <http://faec.org.br/novo/wpcontent/uploads/2017/11/Revista-Agrinho-2017-16.11.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

REVISTA AGRINHO 15 ANOS. Curitiba – PR: Sistema FAEP/SENAR-PR/SINRURAL, 2011, p. 01- 72. Versão online. Disponível em: <https://issuu.com/sistemafaep/docs/agrinho15anos>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ROSSI, Rafael; DE VARGAS, Icléia Albuquerque. Ideologia e educação: para a crítica do Programa Agrinho; REVISTA NERA, n. 40, p. 206-224, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4919>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SANTOS, Layslândia de Souza; SANTOS, José Deribaldo Gomes; SANTOS, Lailton de Souza. Os desdobramentos da Lei 13.414 na formação da juventude brasileira. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador-BA, v. 15, n. 2, p. 96-116, ago. 2023. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/d24d/df9b45db5fbbc9e68e9db9036e35c1b6fb78.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SANTOS, José Deribaldo Gomes. **Educação e Precarização Profissionalizante**: crítica à integração da escola com o mercado. 1 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, **Layslândia de Souza**; SANTOS, **José Deribaldo Gomes dos**; SANTOS, **Lailton de Souza** Os desdobramentos da lei 13.415/2017 na formação da juventude brasileira. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 96-116, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54302>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SAPELLI, Maria Lourde Vicente da Silva. As cartilhas do agronegócio nas Escolas do Campo: a pedagogia do capital do livro Escola do Campo e textos: propostas e práticas. In: _____. (org.). Escola do campo e textos: propostas e práticas. Ijuí: Unijuí, 2016. p. 263-283. v. 1.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Intervenção do capital na escola pública do Ceará: os programas do agro e a disputa de hegemonia na educação, na escola e nos sujeitos do campo.** 2023. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75858>. Acesso em: 08 jun.2024.

TORRES; Patricia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. As invenções e a agricultura. v 5. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho).

TORRES, Patrícia Lupion; DE MEDEIROS CERVI, Rejane. Programa Agrinho: uma história de resultados (1996-1999). SENAR-PR, 2001.

Como citar – ABNT

LIMA, Jociene Araujo; TEIXEIRA, Janaira Fernandes; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Programa Agrinho: uma iniciativa do setor agrário na escola. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024023, Dezembro, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74835>

Como citar – APA

Lima, J. A., Teixeira, J. F., & Segundo, M. das D. M. (2024). Programa Agrinho: uma iniciativa do setor agrário na escola. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024023. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74835>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 16 de outubro de 2024.

Aprovado: 30 de novembro de 2024.

Publicado: 27 de dezembro de 2024.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Introdução ou Considerações iniciais:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Referencial teórico:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Metodologia:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Análise de dados:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Discussão dos resultados:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Conclusão ou Considerações finais:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Referências:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Revisão do manuscrito:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo; **Aprovação da versão final publicada:** Jociene Araujo Lima, Janaira Fernandes Teixeira, Maria das Dores Mendes Segundo.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.





Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral 

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

